



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013027-50.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trabalho**
 Requerente: **Irma Maria Rodrigues**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Cuida-se de ação acidentária ajuizada por Irma Maria Rodrigues em face do INSS.

Aduz a autora que foi admitida para trabalhar na Faber Castell em junho de 1993 como operadora de máquina. Foi acometida de LER/DORT, o que foi comunicado ao INSS em julho de 1996. Acabou mudando seu lugar de trabalho na empresa mas atualmente tem sido obrigada a revezar e voltar ao seu posto de trabalho primitivo. Sofre com muita dor.

Pede a condenação do réu a lhe conceder o benefício de auxílio-acidente e alternativamente o recalcule da aposentadoria por tempo de contribuição.

Contestou o INSS afirmando que a autora está aposentada por tempo de contribuição desde 13.12.2010. Afirma que esse pleito não pode ser acolhido porque a alta médica não foi questionada tempestivamente. Estando aposentada não faz jus ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

auxílio-acidente. O pedido de recalcule não pode ser acolhido (fls.94/102).

Determinou-se a realização de laudo.

Laudo juntado a fls.138/143 com pedido de exames complementares.

Novo laudo a fls.414/416 com conclusão de incapacidade parcial definitiva.

A parte autora concordou com seu teor (fls.429/433).

O INSS não se manifestou (certidão de fls.460).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decidido.

Procedem os pedidos da autora.

Concluiu o laudo pericial que há incapacidade parcial definitiva com data de incapacidade inicial em julho de 1996.

É certo que a autora encontra-se aposentada por tempo de serviço desde 2010, e que o direito a receber auxílio-acidente decorre de laudo recém apresentado nessa ação.

Tal fato, nada obstante impossibilite a cumulação dos benefícios, não configura óbice à integração do benefício acidentário à base de cálculo da inativação.

Isto porque, a Lei nº 9.528/97 também restabeleceu o art. 31, da Lei nº 8.213/91, com nova redação e determinou que para fins de cálculo do salário de benefício da aposentadoria, o valor do auxílio-acidente deve integrar o salário de contribuição.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Destarte, embora o recebimento cumulativo do auxílio-acidente com a aposentadoria previdenciária seja vedado, nada impede que o auxílio-acidente seja concedido para integrar o salário de contribuição para fins de recálculo do salário de benefício da aposentadoria.

Nesse sentido de bom alvitre citar lição de Miguel Horvarh Júnior de que, “por força da Lei nº 9.528/97, o auxílio-acidente deixou de ter natureza vitalícia cessando no dia imediatamente anterior à concessão da aposentadoria, porém seu valor mensal integrará o salário-de-contribuição para cálculo do valor da aposentadoria (por idade, por tempo de contribuição, especial ou por invalidez)” (Lei Previdenciária Comentada, São Paulo, Ed. Quartier Latin, 2005, pág. 111).

Nesse contexto, o auxílio-acidente deve integrar o valor dos salários de contribuição utilizados para o cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria previdenciária, porquanto com ela inacumulável, sob pena de "bis in idem".

Nesse sentido:

ACIDENTE DO TRABALHO – Benefício
Cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria Trabalhador aposentado que retornara à atividade – Ocorrência do acidente quando vigente a Lei n. 9.528/97, que proibiu expressamente o recebimento simultâneo de auxílio acidente e aposentadoria de qualquer espécie Aplicação do disposto no art. 31 da Lei n. 8.213/91, para que o valor do auxílio-acidente, deixando de ser implantado, passe a integrar o salário de contribuição, para efeito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de recálculo do salário de benefício da aposentadoria do autor – Necessidade – Recursos do INSS e do autor parcialmente providos, com observações. TJSP – Apelação Cível n. 645.445-5/2-00 – São José dos Campos – 17ª Câmara de Direito Público – Relator Des. ANTONIO MOLITERNO – 10.04.07 – V.U. – Voto n. 3.071. 17ª Câmara da Seção de Direito Público Embargos de Declaração nº 0001676-52.2005.8.26.0472/50000.

Destarte, a segurada fará jus ao recálculo da aposentadoria, com observância da regra já referida, prevista no art. 31 da lei 8.213/91.

Condeno o INSS a recalcular a renda mensal da aposentadoria, o valor do auxílio-acidente integrará o salário-de-contribuição para cálculo do valor da aposentadoria, a partir de julho de 1996, , nos termos do art. 31, da Lei nº 8.213/91 e condeno-o a pagar as respectivas diferenças.

Os juros de mora, nos termos da Súmula nº 204 do Superior Tribunal de Justiça, são contados da citação. Correção monetária a partir do ajuizamento.

Quanto aos honorários advocatícios, é pacífica sua fixação em percentual sobre o total das prestações vencidas até a sentença, nos termos da Súmula 111, do STJ, verbis: "Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença."

Também nesse sentido: HONORÁRIOS DE ADVOGADO - Fixação - Ação acidentária - Limitação à data da prolação da sentença - Necessidade - Arbitramento em quinze por

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

cento como forma condigna de remunerar o trabalho do causídico - Possibilidade - Recurso parcialmente provido. (Apelação nº 542.434-5/1 - Mauá - 17ª Câmara de Direito Público - Relator: Antônio Moliterno - 9.5.06 - V.U. - Voto nº 1.978).

Dada a sucumbência preponderante da autarquia, condeno-a ao pagamento de honorários para o advogado da autora, arbitrados em 10% sobre o valor das prestações vencidas.

Sem reexame necessário tendo em vista o disposto no art.496, §3º, I, NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 30 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**